



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

TARDE

ANALISTA JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ANALISTA DE SISTEMAS

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 70 questões objetivas e uma discursiva, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos para a transcrição da resposta da questão discursiva



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da resposta da questão discursiva para a folha de textos definitivos
- **2 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, **sem levar o caderno de provas**
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar a folha de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e na folha de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas e na folha de textos definitivos
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas e/ou em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala e providências
- O preenchimento da folha de respostas e da folha de textos definitivos é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições na folha de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

Boa sorte!

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

1

Há diferentes processos de raciocínio; entre as frases abaixo, aquela que mostra o método indutivo de raciocínio é a seguinte:

- (A) Todos os feijões deste saco são pretos, estes feijões provêm deste saco, logo eles são pretos.
- (B) Estes feijões provêm deste saco, estes feijões são pretos, logo todos os feijões deste saco são pretos.
- (C) Todos os feijões deste saco são pretos, estes feijões são pretos, logo os feijões provêm deste saco.
- (D) Os feijões deste saco são pretos, assim, eles são pretos porque provêm deste saco.
- (E) Estes feijões deste saco são pretos e também são pretos estes feijões, logo eles provêm deste saco.

2

O escritor italiano Leopardi escreveu em seus *Pensamentos*:

“Como as prisões e as galeras estão cheias de pessoas, segundo elas, inocentíssimas, assim os empregos públicos e as honrarias de toda espécie são ocupados apenas por pessoas convidadas e forçadas a aceitar a seu malgrado. É quase impossível encontrar alguém que confesse ter merecido as penas que sofre, ou procurado ou desejado as honrarias de que goza”.

Sobre a estruturação ou a significação desse fragmento textual do século XVIII, é correto afirmar que:

- (A) os presos e os ocupantes de cargos públicos de importância mostram em comum a hipocrisia;
- (B) o pronome “elas” se refere, anaforicamente, aos substantivos “prisões” e “galeras”;
- (C) a forma verbal “são ocupados” se combina semanticamente com “empregos públicos” e “honrarias”;
- (D) os termos “forçadas” e “penas que sofre” são empregados por ironia;
- (E) o termo “toda espécie” deveria ser adequadamente substituído por “toda a espécie”.

3

A língua escrita tem diferentes funções. Cada uma das alternativas abaixo contém um texto no qual se evidencia uma dessas funções.

A alternativa em que essa função está corretamente explicitada é:

- (A) A cozinheira abriu o livro de receitas de sua avó e seguiu passo a passo as instruções ali dadas. / nesse caso, a função da escrita é a preservação de conhecimentos;
- (B) O rapaz escolheu um dos mais belos poemas de Camões para mandar à sua namorada, mas perguntou-se se aquele poema, de tanto tempo atrás, ainda fazia efeito. / nesse caso, a função da escrita é a de transferir um texto de um local a outro;
- (C) O leitor apreciou com emoção o texto de Guimarães Rosa, que já lia pela vigésima vez, tal a sua beleza. / nesse caso, a função da escrita é transmitir conhecimento para o leitor;
- (D) O repórter colocou à sua frente os nomes dos políticos que precisava citar na reportagem. / nesse caso, a função da escrita é produzir textos de qualidade artística;
- (E) O publicitário fez um cartaz colorido e pregou suas cópias nas paredes do bairro a fim de que os vizinhos conhecessem o produto. / nesse caso, a função da escrita é a de memorizar.

4

A frase abaixo que mostra confusão entre os parônimos “cavaleiro” e “cavalheiro” é:

- (A) “Como deveria tratar as damas e cavalheiros, em meio de um grande salão cheio de espelhos e cadeiras douradas?” (O Cortiço – Aluísio Azevedo);
- (B) “A força moral da nação tinha, portanto, desaparecido, e a força material era apenas um fantasma; porque, debaixo das lorigas dos cavaleiros e dos saios dos peões das hostes não havia senão ânimos gelados, que não podiam aquecer-se ao fogo do santo amor da terra natal.” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano);
- (C) “A esta gente bruta e indomável, cujo esforço vem das crenças da outra vida, se juntam os esquadrões de cavaleiros sarracenos que vagueiam pelas solidões da Arábia, pelas planícies do Egito e pelos vales da Síria...” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano);
- (D) “Os raios matutinos faziam alvejar os turbantes e cintilavam nos ferros das lanças que os cavaleiros tinham em punho...” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano);
- (E) “Os cavalheiros passaram um pelo outro como relâmpagos, para logo tornarem a voltar arrancando das espadas.” (Eurico, o Presbítero – Alexandre Herculano).

5

Observe as frases abaixo, retiradas da obra *Eurico, o Presbítero*, de Alexandre Herculano.

A alternativa em que está correta a forma da palavra sublinhada é:

- (A) “Nestes corações, aonde reinavam afetos ao mesmo tempo ardentes e profundos, porque neles a índole meridional se misturava com o caráter tenaz dos povos do norte, a moral evangélica revestia esses afetos de uma poesia divina...”;
- (B) “Nunca a sua mão benéfica deixou de estender-se para o lugar aonde a aflição se assentava; nunca os seus olhos recusaram lágrimas que se misturassem com lágrimas de alheias desventuras.”;
- (C) “Servo ou homem livre, liberto ou patrono, para ele todos eram filhos. Todas as condições se nivelavam onde ele aparecia.”;
- (D) “E o animal que ri e chora, o rei da criação, a imagem da divindade, aonde é que se escondera?”;
- (E) “– Quero respirar o ar puro e fresco da tarde; mais nada repliquei. – Leva-me, onde te aprover.”.

6

A frase que mostra um termo sublinhado que só pode ser identificado graças ao conhecimento de mundo do leitor, já que não foi mencionado antes, é:

- (A) O telefone tocou no escritório e o toque foi escutado por todos os presentes.
- (B) A igreja estava cheia, pois era dia de casamento de gente importante; o sacerdote estava com a batina nova.
- (C) A mulher estava grávida de seis meses e durante toda a gravidez pediu que lhe comprassem doces variados.
- (D) O carro era novo e o proprietário exigia que os passageiros limpassem os pés antes de entrarem no veículo.
- (E) Os convidados deixavam os presentes na porta onde eles recebiam a identificação do doador.

7

Todas as frases abaixo mostram um substantivo precedido por um artigo definido. A explicação para esse emprego é dada ao final de cada frase.

A única explicação incorreta é:

- (A) Uma das joias herdadas de meu pai foi um relógio de ouro, datado de 1780. A peça, digna de um museu, havia sido comprada por meu avô em um leilão. / referência a um termo anterior por meio de um hiperônimo;
- (B) A cooperativa agrícola é de todos os sócios com igualdade de direitos. A assembleia de sócios elege uma junta diretora e a junta toma as decisões necessárias. / repetição de um termo já mencionado anteriormente;
- (C) Augusta havia idealizado o seu príncipe encantado como um cavalheiro do século XVIII, um produto de uma tradição cultural concreta. E aqui convém recordar que as tradições culturais constituem um fator de peso nessa área. / referência baseada no conhecimento de mundo do leitor;
- (D) Pode-se imaginar uma apólice de seguros que cobrisse os danos provocados por incêndios florestais? Dada a frequência e magnitude dessas catástrofes, o contrato não seria rentável para nenhum dos lados. / referência a um termo já mencionado (“apólice de seguros”);
- (E) O hotel em Copacabana recebe o turista em um hall espelhado de onde sai um corredor que conduz diretamente aos apartamentos. A passagem está decorada com móveis antigos. / repetição de um termo já mencionado por meio de um sinônimo.

8

No texto abaixo, é necessário apresentar pela primeira vez a entidade a que depois se faz referência.

“_____ deixaram obsoletas, em 1937, as de algodão, seda ou lã. As empregadas da casa Du Pont, firma em que trabalhava o inventor dessa peça feminina, Wallace Carothers, foram as primeiras a experimentarem essas meias eróticas. A seguir se venderam 64 milhões de pares nos Estados Unidos.”

A forma mais adequada estruturalmente para preencher a lacuna da frase é:

- (A) As meias de náilon;
- (B) As meias;
- (C) As novas meias;
- (D) As peças femininas eróticas;
- (E) As meias revolucionárias.

9

Uma pergunta muito comum é “Para que aprender a escrever?”. Entre as frases abaixo, aquela que NÃO serve de resposta a essa pergunta é:

- (A) “O que se deve exigir do escritor, antes de tudo, é certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço.” (Crítica Literária – Machado de Assis);
- (B) “Aprende a escrever bem ou a não escrever de jeito nenhum.” (Ensaio sobre a Sátira – Dryden);
- (C) “À questão sempre formulada: ‘Por que escreveis?’ a resposta do poeta será sempre a mais breve: ‘Para viver melhor.’!” (Resposta a um Questionário – Saint-John Perse);
- (D) “Se escrevo é primeiro porque amo os homens. Tudo vem disso pra mim. Amo e por isso é que sinto esta vontade de escrever, me importo com os casos dos homens, me importo com os problemas deles e necessidades.” (Cartas a Manuel Bandeira – Mário de Andrade);
- (E) “Instruir e divertir os povos deve ser o empenho dos escritores; os mais hábeis são os que instruem divertindo.” (Máximas, Pensamentos e Reflexões – Marquês de Maricá).

10

A frase abaixo – retirada do romance *O Mulato*, de Aluísio Azevedo – em que a palavra “coisa” foi substituída por uma palavra ou expressão de valor referencial inadequado ao contexto é:

- (A) “A menina precisava de alguém que a guiasse, que a conduzisse! Um homem nunca podia servir para essas coisas!” / funções;
- (B) “Era um bocadinho supersticiosa: não queria as chinelas emborcadas debaixo da rede e só aparava os cabelos durante o quarto crescente da lua. ‘Não que acreditasse nessas coisas’, justificava-se ela, ‘mas fazia porque os outros faziam.’” / tradições;
- (C) “— Tem já o seu pecúlio, tem! considerava ele. A mulher que o quisesse, levava um bom marido! Aquele virá a possuir alguma coisa... é moço de muito futuro!” / bens;
- (D) “Era cronicamente virgem, mas afirmava que em moça, rejeitara muito casamento bom. Dava-se a coisas de igreja; sabia vestir anjos de procissão e pintava os cabelos com cosmético preto.” / atividades;
- (E) “Dias, o piedoso, o doce Luís Dias, também comparecera aquela noite à sala do patrão. Lá estava, metido a um canto, roendo ferozmente as unhas, o olhar imóvel sobre Ana Rosa, que, ao piano, dispunha-se a tocar alguma coisa e experimentava as teclas.” / música.

11

Em todas as alternativas abaixo, os termos sublinhados foram substituídos, na continuidade da frase, por pronomes demonstrativos.

A única frase em que o pronome substituto NÃO é um pronome demonstrativo, como os demais, é:

- (A) “Não devemos nunca nos acostumar com a vida; isto seria a morte.” (Paulo Bomfim);
- (B) “Poucas vezes quem ganha o que não merece agradece o que ganha.” (Quevedo);
- (C) “Deve-se evitar chamar alguém por um apelido, ainda que ele esteja acostumado a isso.” (W. Hazlitt);
- (D) “E desde então todo o povo alemão foi dividido pelo seu governo em duas classes: a dos espíões e a dos espionados.” (Ludwig Börne);
- (E) “Adular os tolos é um meio ordinário de os desfrutar; os velhacos o empregam eficazmente.” (Marquês de Maricá).

12

Nas opções abaixo, há termos destacados que são omitidos na continuidade da frase.

A exceção é:

- (A) “O progresso é a injustiça que cada geração comete em relação à precedente.” (M. Cioran);
- (B) “Amigo verdadeiro é aquele que nos quer apesar de nada.” (Sofocleto);
- (C) “Longo é o caminho ensinado pela teoria, curto e eficaz, o do exemplo.” (Sêneca);
- (D) “De nada serve ao homem ganhar a Lua se chega a perder a Terra.” (François Mauriac);
- (E) “O computador é tão tolo quanto o homem.” (Giraudoux).

13

A frase em que a substituição de um termo extenso (sublinhado) por um mais simples acarreta alteração significativa do sentido original é:

- (A) A totalidade dos eleitores foi impedida de votar em função do temporal que assolou a região. / Todos os;
- (B) Os governos esperam que os eleitores reconheçam os benefícios que lhes foram feitos. / bens;
- (C) Nem sempre a utilização de um remédio traz benefício à saúde. / o uso;
- (D) Os novos decretos institucionalizados não foram bem recebidos pela população. / impressos;
- (E) Um mal generalizado deixa de ser visto como um mal. / geral.

14

Em todas as frases abaixo, estão sublinhados um substantivo e um adjetivo.

A opção em que o adjetivo NÃO corresponde semanticamente ao substantivo é:

- (A) As crianças algumas vezes mudam de reações diante das mesmas coisas e essa mudança infantil é frequente.
- (B) Os esgotos urbanos são muito importantes para a limpeza das idades.
- (C) Periódicos exames cardíacos deixam o coração em paz.
- (D) A Lua continua trazendo surpresas e agora mesmo os chineses trouxeram novidades sobre a face lunar oculta.
- (E) Após a leitura de várias linhas, o aluno decidiu abandonar essa leitura literal e ler mais rapidamente.

15

Considere a frase de Eugênio Mohallem a seguir.

“Aniversário: aquela festa onde comemoramos estar um ano mais próximo da morte.”

Em relação à estruturação ou significação da frase acima, é correto afirmar que:

- (A) a frase mostra uma estrutura de definição de um termo, feita de forma objetiva;
- (B) o termo “aniversário” foi referido por meio de um sinônimo (“festa”);
- (C) o emprego do demonstrativo “aquela” se justifica pela referência a um tempo distante;
- (D) o termo “onde” mostra um mau emprego, devendo ser substituído por “quando”;
- (E) a frase traz uma visão otimista de um aniversário.

16

Leia a frase de Epicuro a seguir.

“A morte não é nada, já que quando somos, a morte ainda não veio, e quando a morte vem, já não somos.”

Em relação à estruturação ou significação da frase acima, é correto afirmar que:

- (A) a repetição do termo “a morte” não traz um problema de estruturação da frase porque há ênfase intencional no emprego;
- (B) como o verbo “ser” é um verbo de ligação, seu emprego na frase reduz a qualidade do texto;
- (C) a expressão “não é nada” equivale a “é tudo”, podendo esta substituir a forma anterior;
- (D) os termos “ainda” e “já” são expressões de tempo, respectivamente de tempo passado e tempo futuro;
- (E) a forma “vem” está inadequada e deveria ser substituída por “vier”, já que se trata de um evento futuro.

17

Todas as opções abaixo mostram orações adjetivas sublinhadas; a alternativa em que houve uma substituição inadequada de uma oração por um adjetivo ou locução é:

- (A) “A maior lição que a idade madura nos dá é aprender a ser o que somos.” (Gal Costa) / da maturidade;
- (B) “A mocidade é um dia que passa.” (Carmen Suplicy) / passageiro;
- (C) “As únicas raízes que precisamos preservar são as da mandioca.” (Joãosinho Trinta) / preservativas;
- (D) “A espécie humana é a única que sabe que deve morrer.” (Voltaire) / consciente de;
- (E) “Os homens não seguem aqueles que estão em dúvida.” (Walter Lippmann) / vacilantes.

18

Um problema frequente na língua escrita é a redundância, ou seja, a utilização de palavras com o mesmo significado, tornando-as desnecessárias.

A frase abaixo que NÃO mostra nenhum tipo de redundância é:

- (A) “Não me preocupo tanto com o que sou na opinião dos outros, quanto com o que sou na minha própria opinião.” (Montaigne);
- (B) “O homem pouco inteligente não pode ter ilusões: ou engana-se a si mesmo ou trata de enganar os outros.” (Stendhal);
- (C) “A pessoa deveria se autoexaminar por bastante tempo antes de pensar em condenar os outros.” (Molière);
- (D) “Uma lagarta que buscasse conhecer a si própria jamais se transformaria numa borboleta.” (André Gide);
- (E) “Cego é o homem que enxerga somente a sua imagem no espelho.” (Ana Maria B. Gil).

19

Na frase de César Augusto – “Apressa-te devagar.” – há a presença de um paradoxo, ou seja, o emprego de palavras que contrariam a lógica ou o senso comum, o que também ocorre na seguinte frase de Machado de Assis:

- (A) “Faria, apesar do dia e da festa, ria mal, ria sério, ria aborrecido, não acho forma de dizer que exprima com exatidão a verdade.” (Memorial de Aires);
- (B) “Mas já que falei dos meus tios, deixem-me aqui fazer um curto espaço genealógico.” (Memórias Póstumas de Brás Cubas);
- (C) “Sabemos que a moça não era bonita. Pois estava linda, à força da felicidade.” (Quincas Borba);
- (D) “Estava em casa de D. Cesária, onde a irmã escurecia tudo com a sua viuvez recente.” (Memorial de Aires);
- (E) “Eu não sou propriamente um autor defunto, mas um defunto autor.” (Memórias Póstumas de Brás Cubas).

20

Um dos problemas mais frequentes na língua escrita é o da repetição de palavras idênticas, gerando uma série de diferentes estratégias para evitá-la. Em todas as frases abaixo há repetições de palavras idênticas.

A observação adequada sobre uma dessas repetições é:

- (A) “Se você não for melhor amanhã que hoje, então para que você precisa do amanhã?” (Rahbi da Bratislava) / repetição de palavras da mesma classe gramatical;
- (B) “Um homem competente é um homem que se equivoca segundo as regras.” (Paul Valéry) / repetição de palavras de diferentes classes gramaticais;
- (C) “A adolescência é um tribunal inesperado: o julgamento do pai pelo filho e o julgamento do filho pelo pai.” (Paulo Mendes Campos) / repetição de palavras com significado e classe diferentes;
- (D) “Se os fatos contradizem os profetas, pior para os fatos.” (Nelson Rodrigues) / repetição de palavras da mesma classe gramatical e mesmo significado;
- (E) “A alma é essa coisa que nos pergunta se a alma existe.” (Mário Quintana) / repetição de palavras de significados diferentes.

Legislação Especial, Noções dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Ética no Serviço Público

21

O Tribunal Pleno, órgão máximo da estrutura do Tribunal de Justiça, é composto pela totalidade dos desembargadores integrantes da Corte e é presidido pelo seu presidente, a quem caberá organizar suas pautas, conduzir as sessões e decidir pontualmente sobre questões de ordem, submetendo-as ao Plenário em caso de oposição de qualquer de seus membros.

Nesse cenário, considerando as disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que as sessões do Tribunal Pleno:

- (A) poderão ser presenciais, telepresenciais, virtuais ou híbridas, realizando-se num único dia ou prolongando-se por mais dias quando o assunto assim recomendar, sendo as deliberações tomadas por maioria simples dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (B) poderão ser presenciais ou híbridas, realizando-se num único dia ou prolongando-se por mais dias quando o assunto assim recomendar, sendo as deliberações tomadas por três quintos dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (C) serão presenciais, realizando-se num único dia ou prolongando-se por mais dias quando o assunto assim recomendar, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (D) poderão ser presenciais, telepresenciais, virtuais ou híbridas, realizando-se num único dia, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso;
- (E) serão presenciais, realizando-se num único dia, sendo as deliberações tomadas por maioria absoluta dos desembargadores presentes, excepcionados os casos em que o Regimento Interno disponha em sentido diverso.

22

Lucas, analista lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, praticou, no exercício de suas funções, infração disciplinar.

Nesse cenário, considerando as disposições da Resolução nº 03/2025 do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que cabe à Comissão:

- (A) Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada ao Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido;
- (B) Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada à Corregedoria Geral da Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido;
- (C) Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada ao Conselho da Magistratura, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontra investido;
- (D) Temporária de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada ao Gabinete dos Juízes Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições ou fora dele;
- (E) Temporária de Processo Administrativo Disciplinar, subordinada à Corregedoria Geral da Justiça, a apuração de responsabilidade de servidor lotado em unidade vinculada à Presidência do Tribunal de Justiça, por infração praticada no exercício de suas atribuições ou fora dele.

23

As serventias judiciais fornecerão certidão relativa ao ajuizamento ou processamento de feito, ressalvados os processos abarcados por segredo de justiça, observadas as disposições legais.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro, é correto afirmar que:

- (A) recolhidas as custas, a certidão será fornecida em até oito dias, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o chefe de serventia autorizar a expedição em caráter urgente;
- (B) recolhidas as custas, a certidão será fornecida em até oito dias, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o juiz competente autorizar a expedição em caráter urgente;
- (C) recolhidas as custas, a certidão será fornecida em até oito dias, mediante requerimento oral ou escrito, declinando sua finalidade, contados do recebimento deste, e observada a ordem cronológica de sua apresentação, podendo o chefe de serventia autorizar a expedição em caráter urgente;
- (D) a certidão será fornecida em até 48 horas, mediante requerimento oral ou escrito, declinando sua finalidade, devendo a parte, em até oito dias, efetuar o recolhimento das custas;
- (E) a certidão será fornecida em até 48 horas, mediante requerimento escrito, declinando sua finalidade, devendo a parte, em até oito dias, efetuar o recolhimento das custas.

24

Durante a campanha eleitoral, Caio, candidato ao cargo de prefeito do Município Alfa, no Estado do Rio de Janeiro, prometeu aos eleitores que iria defender a criação de uma Comarca na referida municipalidade, de forma a ampliar o acesso à justiça por parte da coletividade em geral.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, a instalação da Comarca Alfa deverá ser feita por:

- (A) lei de iniciativa do Tribunal de Justiça ou da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência do Tribunal;
- (B) resolução da Presidência do Tribunal de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência da Assembleia Legislativa;
- (C) lei de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência do Tribunal;
- (D) resolução da Presidência do Tribunal de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato do governador do estado;
- (E) lei de iniciativa do Tribunal de Justiça, dependendo a instalação e o funcionamento de disponibilidade orçamentária, ocorrendo mediante ato da Presidência do Tribunal.

25

O Supremo Tribunal Federal foi provocado a decidir sobre a validade de uma lei municipal que tornava obrigatória a adaptação de computadores para pessoas com deficiência visual em *lan houses*, *cyber* cafés e estabelecimentos similares.

No que se refere a esse tema, de acordo com a Constituição Federal, a competência para legislar sobre a proteção e integração social das pessoas com deficiência é:

- (A) da União;
- (B) dos estados;
- (C) dos municípios;
- (D) da União e dos estados;
- (E) da União, dos estados e dos municípios.

26

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) instituiu o mecanismo da tomada de decisão apoiada, que consiste em um instrumento processual eficaz para auxiliar e apoiar a pessoa com deficiência a tomar decisões.

Sobre esse instrumento, é correto afirmar que:

- (A) qualquer pessoa pode apresentar denúncia sobre eventual negligência de um apoiador;
- (B) a pessoa com deficiência pode selecionar até três pessoas para servirem como apoiadoras;
- (C) o Ministério Público pode indicar um indivíduo ou instituição para atuar como apoiador;
- (D) a pessoa apoiadora pode colocar fim imediato ao acordo firmado em processo de tomada de decisão apoiada;
- (E) prevalecerá, em regra, a opinião da pessoa apoiada em caso de divergência de opiniões entre a pessoa apoiada e um dos apoiadores.

27

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi ratificada pelo Brasil conforme procedimento previsto no Art. 5º, §3º, da Constituição Federal, tendo sido promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009.

A Convenção reconhece que as difíceis situações enfrentadas por pessoas com deficiência podem ser agravadas por outras formas de discriminação sofridas por grupos marginalizados, razão pela qual contém dispositivo específico para alguns desses grupos, como:

- (A) idosos com deficiência;
- (B) mulheres com deficiência;
- (C) indígenas com deficiência;
- (D) transexuais com deficiência;
- (E) pessoas negras com deficiência.

28

A Lei nº 13.146/2015 prevê, em seu Título II (“Dos crimes e das infrações administrativas”), uma série de condutas ilícitas que, se praticadas, podem resultar em pena de reclusão de até 14 anos.

Será de competência da Justiça Federal o processamento e julgamento do crime de discriminação contra pessoa com deficiência, previsto no Art. 88 da referida Lei, quando praticado mediante:

- (A) publicação em revista on-line;
- (B) afixação de pôster ou *banner*;
- (C) troca de mensagens por aplicativo;
- (D) publicação de conteúdo em rede social aberta;
- (E) impressão de jornal de grande circulação.

29

Antônio, servidor público estadual ocupante de cargo de provimento efetivo, era desafeto do seu superior hierárquico. Este último, com o objetivo deliberado de prejudicá-lo, decidiu transferir Antônio para localidade distante, embora não fosse identificada necessidade do serviço. Irresignado, Antônio reuniu provas do ocorrido e encaminhou representação ao Ministério Público, solicitando o ajuizamento de ação em face do seu superior hierárquico em razão da prática de ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992.

Na situação descrita, o Ministério Público concluiu corretamente, em relação à conduta do superior hierárquico, que:

- (A) a conduta não configura ato de improbidade administrativa, em razão do seu não enquadramento na tipologia da Lei nº 8.429/1992;
- (B) o desvio de finalidade afronta a moralidade administrativa, estando caracterizado ato de improbidade administrativa tipificado na Lei nº 8.429/1992;
- (C) a não caracterização do dolo do superior hierárquico impede o enquadramento da conduta na tipologia da Lei nº 8.429/1992 em que se subsume;
- (D) a conduta do superior hierárquico causou dano à esfera jurídica de Antônio, configurando ato de improbidade administrativa em razão do especial fim de agir que a motivou;
- (E) a tipologia da Lei nº 8.429/1992 é exemplificativa, o que permite o enquadramento da conduta do superior hierárquico na figura tipológica de violação aos princípios regentes da atividade estatal.

30

Joana é servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Em razão do seu elevado nível de dedicação ao serviço, além da simpatia e solicitude que caracterizam a sua interação com os usuários do serviço, era comum que recebesse presentes, com valor comercial, de modo dissociado de ações de divulgação e de eventos especiais ou datas comemorativas. Os bens buscavam apenas lhe agradar, não estando condicionados ou relacionados a qualquer ato afeto ao exercício funcional. Apesar da boa-fé com que se conduzia, Joana foi aconselhada a analisar o Código de Ética e Conduta dos Servidores e Colaboradores da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Provimento CGJ nº 32/2021), de modo a verificar se o recebimento de presentes era efetivamente permitido.

Após a análise realizada, Joana concluiu corretamente que o recebimento dos referidos presentes, nas condições indicadas, é:

- (A) vedado, em qualquer hipótese;
- (B) permitido, independentemente de qualquer condicionante;
- (C) vedado, caso os idênticos presentes não sejam oferecidos à generalidade dos servidores lotados no mesmo órgão de Joana;
- (D) permitido, desde que a soma dos presentes recebidos anualmente não ultrapasse o limite anual de um salário mínimo;
- (E) permitido, desde que não possam ser recusados ou devolvidos sem ônus para o servidor ou para a Administração Pública, devendo ser doados a entidades de caráter filantrópico ou cultural.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31

O TJRJ hospeda a aplicação web Consulta+ em uma instância de computação, na nuvem pública. A equipe de analistas do tribunal precisa escalar a capacidade de atendimento da aplicação, que atualmente suporta 5.000 requisições por minuto, para ao menos 12.000 requisições por minuto. A equipe deve decidir entre adicionar recursos à instância atual, que passaria a suportar mais 14.000 requisições por minuto, por R\$ 5.000,00 a mais, ou adicionar novas instâncias, cada uma suportando 3.000 requisições por minuto, por R\$ 1.050,00 cada uma. A escolha dos analistas deve ser aquela de melhor custo-benefício.

Para aumentar a capacidade de Consulta+, os analistas do TJRJ devem optar pela escalabilidade:

- (A) vertical, adicionando três novas instâncias;
- (B) horizontal, adicionando três novas instâncias;
- (C) vertical, adicionando recursos à instância atual;
- (D) horizontal, adicionando quatro novas instâncias;
- (E) horizontal, adicionando recursos à instância atual.

32

Durante a análise do tráfego de rede em um ambiente corporativo, um analista identificou um grande volume de handshakes do protocolo TCP ocorrendo simultaneamente.

A princípio, o analista não deve se preocupar, pois o handshake do TCP é:

- (A) um procedimento obrigatório que visa a otimizar a velocidade da conexão;
- (B) um procedimento utilizado para sincronizar os números de sequência dos pacotes transmitidos;
- (C) a fase onde são negociados parâmetros de segurança entre as partes comunicantes;
- (D) um procedimento de autenticação que verifica a identidade dos dispositivos antes de permitir a troca de pacotes;
- (E) um mecanismo de controle de fluxo que limita a quantidade de pacotes transmitidos para evitar sobrecarga na rede.

33

O sistema operacional S está executando um processo P. Em determinado momento, P tenta realizar uma operação de entrada/saída (E/S). Estando o dispositivo de E/S solicitado por P indisponível no momento, S coloca P em estado de espera. Para evitar que o processador fique ocioso durante essa espera, S, sendo um sistema operacional moderno, emprega um mecanismo específico que viabiliza o uso da CPU por outro processo ao mesmo tempo em que P aguarda a conclusão da operação de E/S.

Nesse cenário, o sistema operacional S emprega, especificamente, o mecanismo de:

- (A) troca de contexto;
- (B) alocação de memória virtual;
- (C) escalonamento por prioridade;
- (D) multiprocessamento simétrico;
- (E) gerenciamento de interrupções.

34

A empresa de segurança de direito privado TJSeg foi contratada para proteger as dependências físicas de um Tribunal de Justiça. Para cumprir as obrigações acordadas, a TJSeg necessita coletar e tratar, em sua totalidade, dados pessoais dos visitantes do tribunal, por meio de sistemas de vigilância e controle de acesso. O tratamento de dados na TJSeg deve considerar a aplicabilidade, ou não, da LGPD (Lei nº 13.709/2018).

O tratamento de dados realizado pela TJSeg, nesse contexto, deverá ocorrer:

- (A) em observância parcial à LGPD, caso a empresa possua capital integralmente constituído pelo poder público;
- (B) isento da LGPD, por se enquadrar na atividade de segurança do Estado, sendo regido por legislação específica;
- (C) em total observância à LGPD, por não se enquadrar em nenhum dos casos previstos para isenção de aplicabilidade;
- (D) isento da LGPD, desde que a empresa se submeta a um processo de avaliação de impacto no que se refere à proteção de dados pessoais;
- (E) isento da LGPD, desde que a empresa atue sob a tutela e a supervisão direta do tribunal e que o tratamento seja estritamente proporcional e necessário para a segurança das dependências físicas.

35

O Tribunal de Justiça do Estado X utiliza o Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe) para a tramitação eletrônica de processos judiciais. As regras gerais sobre o PJe exigem que o sistema esteja acessível ininterruptamente, exceto nos períodos de manutenção. As regras específicas estabelecem que a disponibilização do inteiro teor dos documentos juntados ao PJe seja restrita às respectivas partes processuais, aos advogados em geral, ao Ministério Público e aos magistrados.

Os fundamentos da segurança da informação assegurados, respectivamente, pelas regras gerais e específicas são:

- (A) autorização e integridade;
- (B) autorização e autenticação;
- (C) disponibilidade e integridade;
- (D) disponibilidade e autenticação;
- (E) disponibilidade e confidencialidade.

36

Joana é a líder da equipe técnica que está modelando um novo produto de software que apoiará um processo de negócio que se estende de um órgão público superior até seus órgãos subordinados. Em face da inexperiência da equipe técnica com o processo de negócio, Joana resolve fazer uso do DDD (Domain Driven Design) aproximando e envolvendo os especialistas de domínio.

Ao aplicar o DDD, Joana está ciente de que:

- (A) eventos de domínio são ordinariamente imutáveis, já que são um registro de algo no passado;
- (B) mudanças no código representam adequações tecnológicas e não devem suscitar alterações no modelo;
- (C) agregados devem prover referências para cada entidade em seu contexto como guias para os objetos externos;
- (D) repositórios devem retornar classes ou coleções de classes a serem instanciadas por métodos externos de clientes;
- (E) o uso da Linguagem Onipresente (Ubiquitous Language) expressa o modelo como fábricas encapsuladas por objetos de valor.

37

Douglas, o arquiteto de software da Assessoria de Tecnologia e Inovação de um órgão público, está projetando o NAVER, um novo sistema de software a ser utilizado por vários órgãos vinculados. Douglas deve tomar uma série de decisões estruturais que afetam o NAVER e seu processo de desenvolvimento.

Ao considerar os requisitos não funcionais já identificados para o NAVER, Douglas optou por utilizar a arquitetura cliente-servidor, visto que tal arquitetura:

- (A) requer que clientes conheçam a identidade dos servidores e que os servidores reconheçam a identidade dos clientes que estão acessando seus serviços;
- (B) é usada na construção de novos recursos em cima de sistemas existentes, usualmente quando o desenvolvimento está espalhado por várias equipes;
- (C) separa a apresentação e a interação dos dados do sistema, sendo útil quando são desconhecidos os futuros requisitos de interação e apresentação de dados;
- (D) é normalmente considerada para sistemas distribuídos, e o modelo lógico de serviços que rodam em servidores separados pode ser implementado em um único computador;
- (E) é adequada para aplicações nas quais os dados são gerados por um componente e usados por outro, já que esses dados são gerenciados em um repositório central, acessível a todos os componentes do sistema.

38

O analista Fábio está trabalhando na modernização do e-SUPRIMENTS, software para gestão das entradas e saídas do almoxarifado. Fábio está em uma entrevista para elicitação de requisitos com Lúcio, representante do almoxarifado.

Perguntado sobre quais relatórios seriam importantes na modernização do e-SUPRIMENTS, Lúcio respondeu:

“Eu quero ter a liberdade de montar relatórios dinamicamente. Assim, poderei selecionar filtros e informar os dados de pesquisa para cada um dos filtros para o sistema apresentar os resultados. Queria também exportar os resultados em um formato não proprietário, para abri-la em software de edição externo, porque posso precisar trabalhar nesses dados fora do sistema. Além disso, tenho interesse em, pelo menos, dois gráficos: um que apresente os quantitativos por item que entraram no almoxarifado e outro com o quantitativo dos itens que saíram do almoxarifado no mês corrente. Seria muito legal se eu pudesse exportar esses gráficos como imagem JPEG para usar em apresentações para nosso gestor”.

Com base nas solicitações do cliente, o analista Fábio identificou:

- (A) 6 requisitos funcionais e 2 requisitos não funcionais;
- (B) 5 requisitos funcionais e 3 requisitos não funcionais;
- (C) 4 requisitos funcionais e 1 requisito não funcional;
- (D) 3 requisitos funcionais e nenhum requisito não funcional;
- (E) 2 requisitos funcionais e 2 requisitos não funcionais.

39

Karina é desenvolvedora e está responsável pela execução da integração do Sistema de Gestão de Documentos Internos (SISDOC) de sua organização com um sistema integrado de informações de processos e documentos disponibilizado por outro órgão público. Para integração, o órgão público disponibilizou um Web Service.

Um dos blocos de informação constantes na descrição do Web Service de que Karina teve conhecimento foi:

- (A) `<wsdl:service name="MeuServico">
 <wsdl:port name="DefPorta" binding="tns:MeuBind">
 <soap12:address
 location="http://meusite:7676/meuApp/meuServico"/>
 </wsdl:port>
 </wsdl:service>`
- (B) `<wsdl:method name="MeuMetodo">
 <soap12:method soapAction="urn:MinhaAcaoSoap"
 soapActionRequired="true"/>
 <wsdl:input>
 <soap12:body use="string"/>
 </wsdl:input>
 </wsdl:method>`
- (C) `<message name="operacaoRequestMessage">
 <wsdl:type="request" element="tns:operacaoRequest"/>
 </message>`
- (D) `<xsd:element name="operacaoResponse">
 <xsd:simpleContent>
 <xsd:sequence>
 <xsd:element name="resultado" type="xsd:string"/>
 </xsd:sequence>
 </xsd:simpleContent>
 </xsd:element>`
- (E) `<xsd:targetNamespace="http://www.exemplo.com/servico">
 <wsdl:binding name="ExemploBindingSOAP12">
 <operation name="operacao"/>
 </wsdl:binding>
 </xsd:targetNamespace>`

40

Como arquiteto de software, Pedro optou por adotar um estilo arquitetural híbrido derivado de vários outros.

Analisando as vantagens e desvantagens do estilo Representational State Transfer (REST), Pedro observou como vantagem:

- (A) o cache no cliente, que aumenta a confiabilidade já que mantém os dados atualizados;
- (B) a escalabilidade, visto que o servidor não precisa gerenciar a utilização de recursos entre as solicitações;
- (C) o encapsulamento da funcionalidade de chamada de procedimento remoto utilizando a flexibilidade do XML;
- (D) o contexto único por cliente, graças ao controle de sessões mantido no servidor, visto que não é permitido ao cliente manter o estado sessão;
- (E) a interface uniforme que previne que o processamento de mensagens REST não inicie até que o nó tenha identificado todos os blocos obrigatórios de cabeçalho.

41

Um tribunal ainda possui alguns sistemas legados cujos artefatos, tais como especificações de requisitos, modelos e código, ainda estão armazenados sob controle do Subversion (SVN). De modo a não gerar erros de controle de versão e sabendo que a maior parte da equipe técnica está habituada a utilizar o GIT em detrimento do SVN, o líder técnico sinalizou alguns aspectos nos quais o SVN trata arquivos binários de modo distinto de arquivos textos.

Assim, o líder técnico esclareceu que, para arquivos binários, o SVN:

- (A) mescla automaticamente as mudanças recebidas com as mudanças locais durante "svn update" ou "svn merge";
- (B) apresenta as diferenças entre duas revisões ou caminhos (paths) como parte da execução do comando "svn diff";
- (C) exibe o usuário que fez a última modificação para cada linha de um arquivo específico como resultado do comando "svn blame";
- (D) trata-os da mesma forma que arquivos de texto quando são definidas as propriedades "svn:keywords" ou "svn:eol-style";
- (E) requer mais espaço de repositório para armazenar mudanças de um arquivo, assim como aumento do tráfego entre cliente e servidor.

42

O sistema PRODUS é utilizado para apoiar o controle da produtividade das equipes da ORG1. O PRODUS possui uma funcionalidade para calcular a taxa de produtividade dos colaboradores da equipe com base na quantidade de resoluções de pedidos de serviço e na quantidade de horas trabalhadas. As taxas de produtividade são calculadas e armazenadas na base de dados a partir do comando do usuário que tenha o perfil de líder. Para os usuários com perfil de gestor, o PRODUS disponibiliza uma outra funcionalidade para comandar a apresentação das taxas de produtividade de cada equipe em uma janela de tempo. Com base na Análise de Pontos de Função (APF), as funcionalidades supracitadas do PRODUS serão contadas, respectivamente, como:

- (A) Saída Externa e Consulta Externa;
- (B) Entrada Externa e Saída Externa;
- (C) Entrada Externa e Consulta Externa;
- (D) Arquivo Lógico Interno e Consulta Externa;
- (E) Arquivo Lógico Interno e Arquivo de Interface Externa.

43

Ana está buscando melhorar algumas práticas de governança e gestão da organização na qual trabalha e tem estudado o COBIT® 2019.

A aplicação do COBIT® 2019 em uma organização, como um framework para governança e gerenciamento de informação e tecnologia, visa a:

- (A) gerenciar os recursos e ativos tecnológicos da organização;
- (B) descrever o ambiente de tecnologia da informação da organização;
- (C) delinear o custo da tecnologia da informação para a organização;
- (D) definir os componentes para construir e sustentar um sistema de governança;
- (E) definir a estratégia de tecnologia da informação mais adequada para organização.

44

Patrícia é uma gestora iniciante nas práticas de gerenciamento do ITIL. Com o intuito de atingir os objetivos de sua organização, ela está identificando o propósito de cada prática de gerenciamento. Patrícia identificou que o propósito da prática de gerenciamento de infraestrutura e plataforma é:

- (A) reduzir a probabilidade e o impacto de incidentes na prestação dos serviços;
- (B) projetar produtos e serviços entregues pela organização e seu ecossistema;
- (C) atuar como ponto de contato para o provedor de serviços em relação aos usuários;
- (D) mover hardware e software, novos ou modificados, para ambientes de produção;
- (E) permitir o monitoramento das soluções tecnológicas disponíveis para a organização.

45

João é desenvolvedor da Assessoria de Soluções em Software (ASS) de um tribunal. Ele está fazendo uso do suporte a sessões no PHP (versão 8) de modo a preservar certos dados através dos acessos subsequentes.

Sendo assim, João utilizará a função de manipulação de sessão:

- (A) "session_abort()", que encerra a sessão liberando o array `$_SESSION` e todas as variáveis atualmente registradas na sessão;
- (B) "session_cache_limiter()", definida como "private", que rejeita o cache do cliente, mas permite que o proxy armazene o conteúdo do cache;
- (C) "session_regenerate_id()", que substitui o identificador da sessão atual por um novo identificador reiniciando as informações da sessão atual;
- (D) "session_destroy()", que destrói os dados registrados em uma sessão, sem apagar o cookie de sessão nem as variáveis globais associadas à sessão atual;
- (E) "session_cache_expire()", que define a validade, em segundos, para uma sessão e deve ser chamada para cada requisição, após a função "session_start()".

46

Júlio chegou ao Departamento de Desenvolvimento de Sistemas de Informação Transacionais e Analíticos e começou a estudar as características dos bancos de dados que armazenavam as informações desses sistemas.

Em seus estudos, Júlio constatou que os bancos de dados analíticos possuem:

- (A) muitas transações pequenas;
- (B) alta concorrência de usuários;
- (C) muitas transações em tempo real;
- (D) muitas operações de leitura e escrita;
- (E) esquema de dados desnormalizados.

47

A analista Ana está utilizando uma ferramenta OLAP para fazer a análise sobre a quantidade de novos processos por grau do TJRJ. Para efetuar a análise apenas dos novos processos de 2º grau, utilizando filtro múltiplo, Ana deve realizar a operação OLAP:

- (A) dice;
- (B) pivot;
- (C) rotate;
- (D) roll-up;
- (E) drill-down.

48

O programador Miguel está implementando uma rotina de extração de dados de diversos bancos de dados, realizando a integração e transformação desses dados para serem carregados em um ambiente analítico. Miguel observou que a chave que identifica a entidade "Processo Judicial" é implementada de diferentes formas em cada banco de dados, por exemplo: ID_P, IDPROC e P_JUD_NUM.

Para resolver o problema utilizando uma chave artificial, sem significado, que identifique unicamente os processos independentemente da sua origem, Miguel deve definir uma chave:

- (A) textual;
- (B) composta;
- (C) temporal;
- (D) surrogada;
- (E) estrangeira.

49

O programador Luiz está acessando uma tabela armazenada em um banco de dados PostgreSQL.

A cláusula que Luiz deve utilizar para retornar 20 registros, pulando os 40 primeiros, é:

- (A) TOP 20 :: 40
- (B) TOP 20 LIMIT 40
- (C) LIMIT 20 START 40
- (D) LIMIT 20 OFFSET 40
- (E) FETCH 20 ROWS OFFSET 40

50

A analista Maria está utilizando o MySQL para executar uma consulta com algumas colunas em diversas tabelas de um banco de dados utilizando a cláusula JOIN. O resultado apresenta diversos registros repetidos.

No MySQL, a cláusula que Maria deve utilizar para que a consulta retorne apenas valores diferentes é:

- (A) KEY
- (B) NULL
- (C) UNIQUE
- (D) DISTINCT
- (E) DEFAULT

51

Observe o script SQL do PostgreSQL a seguir.

```
CREATE TABLE partes (
  id INT PRIMARY KEY,
  nome VARCHAR(100));

CREATE TABLE processos (
  id INT PRIMARY KEY,
  numero_processo VARCHAR(50));

CREATE TABLE audiencias (
  id INT PRIMARY KEY,
  processo_id INT,
  FOREIGN KEY (processo_id) REFERENCES processos(id));

CREATE TABLE partes_processos (
  processo_id INT,
  parte_id INT,
  PRIMARY KEY (processo_id, parte_id),
  FOREIGN KEY (processo_id) REFERENCES processos(id),
  FOREIGN KEY (parte_id) REFERENCES partes(id));

-- Partes
INSERT INTO partes (id, nome)
VALUES (1, 'João Silva'), (2, 'Maria Souza');

-- Processos
INSERT INTO processos (id, numero_processo)
VALUES (101, '0001234-56.2025.8.01.0001'),
       (102, '0001234-56.2025.8.01.0002');

-- Audiências
INSERT INTO audiencias (id, processo_id)
VALUES (201, 101);

-- Partes_Processos
INSERT INTO partes_processos (processo_id, parte_id)
VALUES (101, 1), (102, 2);
```

A consulta que retorna apenas os registros com Partes que ainda não possuem Audiências marcadas é:

- (A)

```
SELECT p.nome
FROM audiencias a
RIGHT JOIN partes_processos pp
      ON a.processo_id = pp.processo_id
JOIN partes p ON pp.parte_id = p.id;
```
- (B)

```
SELECT p.nome
FROM partes p
JOIN partes_processos pp ON p.id = pp.parte_id
LEFT JOIN audiencias a
      ON pp.processo_id = a.processo_id
WHERE a.id IS NOT NULL;
```
- (C)

```
SELECT p.nome
FROM partes p
WHERE NOT EXISTS (
  SELECT 1
  FROM partes_processos pp
  JOIN audiencias a ON pp.processo_id = a.processo_id
  WHERE pp.parte_id = p.id );
```
- (D)

```
SELECT p.nome
FROM partes p
WHERE EXISTS (
  SELECT 1
  FROM partes_processos pp
  JOIN audiencias a
      ON pp.processo_id = a.processo_id
  WHERE pp.parte_id = p.id );
```
- (E)

```
SELECT p.nome
FROM partes p
JOIN partes_processos pp ON pp.parte_id = p.id
WHERE EXISTS (
  SELECT 1
  FROM audiencias a
  WHERE a.processo_id = pp.processo_id );
```

52

O analista Otto precisa criar a tabela PROCESSOS garantindo que:

- o número do processo seja único e obrigatório.
- o status só possa ser “ABERTO”, “FECHADO” ou “EM_ANDAMENTO”.
- a coluna ID seja chave primária gerada automaticamente.

Para garantir a integridade dos dados, no PostgreSQL, Otto deve implementar:

- (A) indexes;
 (B) triggers;
 (C) schemas;
 (D) sequences;
 (E) constraints.

53

A analista Fátima administra um servidor de autenticação baseado no protocolo OpenID Connect (OIDC). A fim de aumentar o grau de responsabilização no uso dos recursos protegidos pelo servidor, Fátima implementou um script que intercepta cada token de acesso retornado e, dentre outras ações, copia o valor do atributo mais importante para a rastreabilidade de usuário e auditoria do acesso.

É correto afirmar que o script implementado por Fátima copia o valor do atributo:

- (A) iss;
 (B) iat;
 (C) exp;
 (D) sub;
 (E) aud.

54

O analista Kevin administra o cluster Kubernetes K. A fim de garantir que certos serviços críticos rodem apenas em nós dedicados de K, Kevin utilizou uma combinação de funcionalidades do Kubernetes. A funcionalidade A foi usada para orientar os nós dedicados de K a repelir o agendamento de pods que não apresentem determinada combinação de chave e efeito. A funcionalidade B foi usada para descrever a necessária combinação de chave e efeito na especificação dos pods dos serviços críticos em K.

As funcionalidades A e B do Kubernetes, utilizadas por Kevin em K, são, respectivamente:

- (A) taints e tolerations;
 (B) tolerations e taints;
 (C) node affinity e taints;
 (D) tolerations e node affinity;
 (E) node affinity e tolerations.

55

O desenvolvedor Rafael está construindo um microsserviço de gerência de inventário com Java e Spring Boot. Analise o seguinte trecho do código do microsserviço:

```
@RestController
public class InventarioController {

    private final Map<String, Integer> inventario = new
    HashMap<>();

    public InventarioController() {
        inventario.put("produto1", 10);
        inventario.put("produto2", 5);
    }

    @GetMapping("/inventario/{produtoId}")
    public Integer getInventario
    (@PathVariable String produtoId) {
        return inventario.getOrDefault(produtoId, 0);
    }
}
```

Considere que todos os imports necessários foram feitos corretamente.

Com base no trecho de código apresentado, a requisição GET /inventario/produto3 retornará:

- (A) 0;
- (B) 5;
- (C) 10;
- (D) 404;
- (E) 500.

56

A analista Ana desenvolve a plataforma X, que deve ser capaz de receber notificações de sistemas externos quando houver mudança no status de determinados processos judiciais. Para adicionar essa funcionalidade, Ana desenvolveu um webhook, disponibilizando na plataforma um endpoint para receber as notificações. A fim de aprimorar a segurança das notificações recebidas, a analista implementou o mecanismo de validação que é altamente empregado na indústria de TI em APIs reversas, capaz de verificar tanto a integridade da notificação quanto a autenticidade do remetente a cada requisição recebida, com baixo overhead.

No webhook de notificação da plataforma X, Ana implementou o mecanismo de validação:

- (A) Fernet;
- (B) JSON Web Key;
- (C) JSON Web Token;
- (D) JSON Web Signature;
- (E) Message Authentication Code.

57

Uma analista de dados está implementando uma solução de persistência de dados para um novo sistema de gerenciamento de documentos utilizando JPA 2.0. Para otimizar o desempenho e evitar o problema N+1, ela precisa garantir que as entidades relacionadas sejam carregadas de forma eficiente.

Para carregar as entidades via JPA 2.0 corretamente e mitigar o problema N+1 de forma eficiente, a analista deve:

- (A) utilizar a anotação @ManyToOne sem especificar a estratégia de carregamento, permitindo que o JPA decida a melhor abordagem;
- (B) implementar consultas JPQL manuais para carregar as entidades relacionadas, garantindo o controle total sobre o processo de carregamento;
- (C) utilizar a anotação @OneToMany com a estratégia FetchType.LAZY e utilizar JOIN FETCH nas consultas JPQL para carregar as entidades relacionadas de forma eficiente;
- (D) configurar o FetchType como EAGER em todos os relacionamentos @ManyToOne, garantindo que as entidades relacionadas sejam sempre carregadas junto com a entidade principal;
- (E) utilizar a anotação @LazyToOne(false) em relacionamentos @ManyToOne, a fim de carregar as entidades relacionadas apenas quando acessadas, evitando o carregamento antecipado.

58

Um analista de sistemas está projetando a aplicação web JustiçaÁgil. A JustiçaÁgil deve ser uma aplicação Java de alta performance, apta a processar um grande volume de requisições de usuários em tempo real. A fim de otimizar a utilização dos recursos do servidor, o analista decidiu implementar o paralelismo na JustiçaÁgil com o uso tanto de threads virtuais do Java quanto de threads de plataforma.

Sobre a implementação de paralelismo na JustiçaÁgil, é correto afirmar que:

- (A) os threads virtuais serão executados em um ambiente isolado, garantindo que falhas em um thread virtual não afetem o restante da aplicação;
- (B) cada thread virtual equivalerá a um thread de plataforma, resultando em um aumento linear no consumo de recursos à medida que o número de threads aumenta;
- (C) os threads virtuais compartilharão um thread de plataforma subjacente, permitindo que um único thread de plataforma esteja associado a milhares de threads virtuais;
- (D) o número de threads de plataforma disponíveis determinará o número máximo de threads virtuais que podem ser instanciadas, independentemente da carga de trabalho;
- (E) o número de threads virtuais disponíveis determinará o número máximo de threads de plataforma que podem ser instanciadas, independentemente da carga de trabalho.

59

Uma equipe de analistas está desenvolvendo um sistema de notificação em tempo real para informar outros sistemas sobre alterações de status em processos judiciais. A equipe deve basear o sistema em filas de mensagens, utilizando um servidor RabbitMQ. A fim de minimizar os custos associados ao tráfego de notificações, o sistema deve buscar, o máximo possível, entregar cada notificação exatamente uma vez.

Para que o sistema opere dentro dos critérios propostos, a equipe deve configurar o servidor RabbitMQ de forma a:

- (A) usar filas temporárias e desativar ACKs;
- (B) definir fanout exchanges com filas exclusivas;
- (C) ativar o modo NACK nos consumidores e usar mensagens transitórias;
- (D) ativar publisher confirms, usar filas duráveis e mensagens persistentes;
- (E) habilitar ACKs manuais nos consumidores e desabilitar persistência de mensagens.

60

Uma equipe de analistas do TJRJ está implementando microsserviços com o apoio do Spring Cloud. Para garantir a descoberta e a comunicação entre os microsserviços, a equipe optou por implementar um servidor Eureka. Durante a configuração do Eureka, o analista Silva percebeu que é crucial configurar o atributo que controla o tempo máximo que o servidor irá considerar uma instância como ativa, antes de marcá-la como desconectada.

É correto afirmar que o nome do atributo do Eureka, percebido como crucial por Silva, contém a string:

- (A) wait-time;
- (B) update-interval;
- (C) lease-expiration;
- (D) renewal-interval;
- (E) heartbeat-interval.

61

O analista João deve utilizar o Hibernate Envers para implementar a auditoria de entidades em um sistema de gestão de projetos. Um dos requisitos de negócio é que, ao ser realizada uma alteração na entidade Projeto, o histórico de revisões dessa entidade inclua, além dos dados da alteração, o nome do usuário responsável pela modificação.

Para atender ao requisito de negócio da forma mais adequada, João deve:

- (A) utilizar a funcionalidade de Customized Revision Metadata do Envers para armazenar o nome do usuário em um campo específico da tabela de auditoria da entidade Projeto;
- (B) implementar um filtro de auditoria no Envers para interceptar as operações de alteração na entidade Projeto e adicionar o nome do usuário ao histórico de revisões;
- (C) criar uma anotação customizada, herdada de AuditOverride, para incluir o nome do usuário como um atributo adicional no registro de auditoria da entidade Projeto;
- (D) utilizar um interceptor do Hibernate para capturar as operações de persistência e adicionar o nome do usuário ao campo revisedBy em cada registro de auditoria da entidade Projeto;
- (E) configurar um Revision Listener no Envers para capturar o evento de alteração na entidade Projeto e preencher um campo customizado com o nome do usuário logado no momento da alteração.

62

Em um servidor GitLab CI/CD, um pipeline é acionado por um push no branch 'feature/nova-funcionalidade'. O arquivo .gitlab-ci.yml que configurou o pipeline acionado não possui regras específicas para esse branch. Além disso, a variável \$CI_COMMIT_BRANCH, predefinida pelo GitLab CI/CD, não foi sobrescrita em nenhum momento.

Nesse cenário, o valor da variável \$CI_COMMIT_BRANCH durante a execução do pipeline será:

- (A) o nome do branch padrão do repositório;
- (B) o nome do branch remoto 'feature/nova-funcionalidade';
- (C) nulo, pois essa variável estará desativada para esse branch;
- (D) o nome do branch local onde o commit foi originado, prefixado pelo upstream;
- (E) o nome do branch local onde o commit foi originado, sem informações de upstream.

63

João e Maria tiveram um embate argumentativo, considerando as ideias que prestigiavam. João, valendo-se de sua liberdade de expressão, teria feito comentários que Maria entendia serem prejudiciais à sua imagem no ambiente sociopolítico e, em último nível, ao seu direito à honra. Por tal razão, Maria ajuizou ação de reparação de danos morais em face de João.

O juiz de direito, ao julgar a causa, observou corretamente que:

- (A) a ordem constitucional somente consagra o direito fundamental à liberdade de expressão, não o direito à honra;
- (B) a liberdade de expressão, em ambientes democráticos, sempre tem preferência sobre outros direitos, a exemplo da honra;
- (C) os direitos fundamentais oferecem proteção absoluta à pessoa humana; logo, é argumentativamente insustentável a colisão cogitada por Maria;
- (D) o direito à honra decorre da dignidade humana, assumindo contornos absolutos, sendo insuscetível de ser objeto de compressão pela liberdade de expressão;
- (E) a identificação do direito que deve preponderar, em maior ou menor medida, se a liberdade de expressão ou o direito à honra, será feita à luz das circunstâncias do caso concreto.

64

O secretário de Infraestrutura do Estado Beta, logo após ser empossado, solicitou que sua assessoria elaborasse edital de licitação com o objetivo de realizar a concessão do serviço local de gás canalizado, de modo a viabilizar a sua exploração por uma sociedade empresária. Essa forma de exploração, ao ver do secretário, tenderia a alcançar maiores níveis de eficiência, considerando a maior mobilidade do setor privado.

Considerando os balizamentos oferecidos pela narrativa e a sistemática constitucional, é correto afirmar que o referido serviço local:

- (A) deve ser explorado pelos municípios, não por Beta;
- (B) deve ser explorado por Beta diretamente, e não indiretamente, como cogitado;
- (C) pode ser explorado indiretamente por Beta, sob o regime de concessão, como cogitado;
- (D) pode ser explorado por Beta direta ou indiretamente, desde que haja delegação da União;
- (E) é de competência privativa da União, não sendo permitido que sua exploração seja delegada a outros entes federativos.

65

O prefeito do Município Sigma almeja contratar pessoa com expertise na área de gestão e governança digital, para dirigir um setor especificamente direcionado ao aprimoramento das atividades que demandam suporte tecnológico, de modo a aprimorar os serviços oferecidos à população. A exigência de um profissional qualificado para a direção do setor refletia uma necessidade permanente da Administração Pública.

Ao consultar sua assessoria jurídica em relação ao formato da referida contratação, o chefe do Poder Executivo municipal foi corretamente esclarecido de que:

- (A) deve ser utilizada a sistemática da contratação temporária;
- (B) a contratação deve ser antecedida pela aprovação da pessoa em concurso público;
- (C) podem ser utilizadas as sistemáticas do cargo em comissão e da função de confiança;
- (D) somente pode ser utilizada a sistemática do cargo em comissão, caso não haja prévia aprovação em concurso público;
- (E) somente pode ser utilizada a sistemática da função de confiança, caso não haja prévia aprovação em concurso público.

66

João, servidor público no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, está analisando determinado processo em que a autarquia estadual Alfa e a sociedade de economia mista Beta são partes.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante, é correto afirmar que:

- (A) a sociedade de economia mista Beta é uma pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Pública indireta;
- (B) o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é um órgão público integrante da Administração Pública indireta;
- (C) a autarquia estadual Alfa é uma pessoa jurídica de direito público integrante da Administração Pública direta;
- (D) o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é uma manifestação da descentralização administrativa;
- (E) a autarquia estadual Alfa é uma manifestação da desconcentração administrativa.

67

Matheus, servidor público no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, tomou conhecimento de que a sociedade empresária Alfa impetrou, em juízo, mandado de segurança coletivo, com o objetivo de proteger o direito líquido e certo dos seus acionistas. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a sociedade empresária Alfa agiu de forma:

- (A) inadequada, pois o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bem como por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados;
- (B) inadequada, pois o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional, bem como por associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos três anos, em defesa dos interesses de seus associados;
- (C) acertada, pois, ausente previsão constitucional ou legal em sentido contrário, o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado tanto por pessoas físicas quanto por pessoas jurídicas, na defesa dos interesses da coletividade em geral;
- (D) inadequada, pois o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por partido político com representação no Congresso Nacional ou nas Assembleias Legislativas dos estados da federação;
- (E) acertada, pois o mandado de segurança coletivo poderá ser impetrado por qualquer pessoa jurídica de direito privado, na defesa dos interesses de seus membros ou acionistas.

68

O prefeito do Município Alfa, no Estado do Rio de Janeiro, pretende publicar edital de licitação visando à celebração de contrato administrativo com a entidade vencedora. Registre-se que o referido agente político demonstrou interesse na utilização, como modalidade de licitação, de regras combinadas do pregão e da concorrência.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que:

- (A) não é possível a combinação das regras aplicáveis ao pregão e à concorrência, pois, como a legislação é silente sobre a matéria, o poder público não poderá inovar;
- (B) é possível a combinação das regras aplicáveis ao pregão e à concorrência, desde que haja concordância expressa dos licitantes;
- (C) é possível a combinação das regras aplicáveis ao pregão e à concorrência, desde que o edital de licitação assim o preveja;
- (D) não é possível a combinação das regras aplicáveis ao pregão e à concorrência, por expressa vedação legal nesse sentido;
- (E) é possível a combinação das regras aplicáveis ao pregão e à concorrência, por expressa previsão legal nesse sentido.

69

O Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão de Processos e Documentos do Poder Judiciário (MoReq-Jus), aprovado pela Resolução CNJ nº 522/2023, explicita que:

- (A) para avaliação do grau de aderência ao MoReq-Jus, os sistemas deverão ser submetidos ao Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça;
- (B) para o aproveitamento comum das melhores soluções tecnológicas, deve ser aplicado o conceito de desenvolvimento livre;
- (C) para o desenvolvimento ou a aquisição de sistemas, as especificações e o respectivo documento de visão deverão fazer menção expressa ao grau de adesão ao MoReq-Jus;
- (D) para a especificação de requisitos não funcionais que cause dependência tecnológica de fornecedor externo, faz-se necessária a avaliação prévia com vistas à possível definição de acordo de cooperação entre as partes;
- (E) na especificação e no desenvolvimento de funcionalidade em que se constate conflito entre requisitos, deverão ser aplicados os requisitos não funcionais relacionados à segurança, em detrimento de outros.

70

Matheus, servidor público no âmbito do Poder Executivo do Estado Alfa, abandonou, dolosamente, o cargo público por ele ocupado, sem qualquer justificativa e fora dos casos permitidos em lei. Registre-se, contudo, que a conduta de Matheus não gerou prejuízo ao poder público.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que Matheus:

- (A) não responderá por qualquer delito, já que o abandono de função, para caracterizar infração penal, pressupõe a ocorrência de prejuízo ao poder público;
- (B) responderá pelo crime de abandono de função, na modalidade simples, com a incidência de uma causa de aumento de pena;
- (C) não responderá por qualquer delito, já que o abandono de função, embora reprovável, não é tipificado como infração penal;
- (D) responderá pelo crime de abandono de função, na modalidade qualificada, sem causas de aumento de pena;
- (E) responderá pelo crime de abandono de função, na modalidade simples, sem causas de aumento de pena.

PROVA DISCURSIVA

Entre as arquiteturas de sistemas utilizadas atualmente, o uso de microsserviços se tornou comum, e a adoção de Spring Boot traz um conjunto de soluções para a criação rápida de serviços no modelo de Web Services RESTful.

Considerando um banco de dados PostgreSQL, onde existe a tabela Setor, com a chave primária idSetor, numérica e autoincrementada, além do campo nome, do tipo alfanumérico, execute as tarefas a seguir.

- a) Levando em consideração o uso de Spring Web e Spring JPA, e execução em um servidor minimalista Spring Boot, respondendo a partir da rota "setores", escreva o código:
 - i. da entidade anotada com JPA;
 - ii. do repositório Spring JPA; e
 - iii. do controlador REST.
- b) Associe o controlador REST com o repositório através de um atributo anotado.
- c) Para o controlador, que define um Web Service RESTful parcial, utilizando o repositório e a entidade anteriores, crie as funções:
 - i. de inclusão de registro;
 - ii. de exclusão de registro; e
 - iii. de consulta da tabela completa.

Valor: 20 pontos

Máximo de 30 linhas.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

Realização

